

## COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial – Hospital Regional do Vale do Paraíba - Sociedade Beneficente São Camilo.

## Sociedade Beneficente São Camilo (Hospital Regional do Vale do Paraíba) CNPJ/MF 60.975.737/0072-45

## Relatório da Diretoria

Senhores, atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 2023 e 2022.

Balço Patrimonial (em Reais)				A Diretoria	
	31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)		31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)
<b>Circulante (Ativo)</b>			<b>Circulante (Passivo)</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	2.2 (a) / 3 19.729.474,82	17.368.755,05	Fornecedores	2.2 (c) / 8 8.258.524,87	11.314.563,46
Contas a Receber – Conv. e SUS	2.2 (c) / 4 23.561.140,78	27.603.212,12	Obrigações trabalhistas	2.2 (c) / 9 12.013.237,51	11.318.229,14
Direitos a Faturar (CPC47)	2.2 (c) / 14 6.257.097,96	4.683.771,72	Obrigações sociais	2.2 (c) / 10 1.173.503,75	1.066.593,21
Outros Créditos	2.2 (c) / 5 261.071,78	602.057,84	Obrigações fiscais	2.2 (c) / 11 1.338.214,80	1.303.831,45
Estoques	2.2 (b) / 6 6.927.903,44	5.478.054,17	Outras obrigações	2.2 (c) / 12 14.530.363,89	10.877.980,38
Despesas Antecipadas	2.2 (c) 12.082,54	6.236,69	<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>37.313.844,82</b>	<b>35.881.197,64</b>
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>56.748.771,32</b>	<b>55.742.087,59</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>		
<b>Ativo Não Circulante</b>			Contas a pagar	15.497,40	15.497,40
Contas a Receber	2.2 (e) / 4 836.249,78	604.082,48	Provisões para demandas judiciais	13 6.903.711,80	9.235.933,53
Depósitos Judiciais	2.2 (e) / 4 1.589.316,29	1.738.648,87	<b>Total do Passivo</b>	<b>6.919.209,20</b>	<b>9.251.430,93</b>
<b>Imobilizado + Intangível</b>			<b>Não Circulante</b>		
Imobilizado - Gestão Pública	2.2 (e) / 7 74.105.291,73	72.625.137,45	<b>Patrimônio Líquido</b>		
(-) Depreciação Acumulada	2.2 (e) / 7 (50.493.305,32)	(47.610.067,84)	Patrimônio Social	2.2 (g) 38.204.663,69	33.640.477,25
Intangível - Gestão Pública	2.2 (e) / 7 1.371.074,62	1.264.008,70	Transferências/ Comodato	2.2 (g) 163.880,99	-
(-) Amortização Acumulada	2.2 (e) / 7 (1.208.565,54)	(1.112.425,99)	Resultado do Exercício	2.2 (f) 724.482,65	4.564.186,44
Imobilizações em andamento	2.2 (e) / 7 377.248,47	85.821,00	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>39.093.027,33</b>	<b>38.204.663,69</b>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>26.577.310,03</b>	<b>27.595.204,67</b>	<b>Total do Passivo + Patrimônio Líquido</b>	<b>83.326.081,35</b>	<b>83.337.292,26</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>83.326.081,35</b>	<b>83.337.292,26</b>			

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (em Reais)			
Descrição	Patrimônio Social	Superávit/(Déficit) do Exercício	Total Patrimônio Líquido
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>24.654.640,41</b>	<b>8.985.836,84</b>	<b>33.640.477,25</b>
Incorporação do resultado anterior	8.985.836,84	(8.985.836,84)	-
Superávit Exercício	-	4.564.186,44	4.564.186,44
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>33.640.477,25</b>	<b>4.564.186,44</b>	<b>38.204.663,69</b>
Incorporação do resultado anterior	4.564.186,44	(4.564.186,44)	-
Superávit do Exercício	-	724.482,65	724.482,65
Transferências	163.880,99	-	163.880,99
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>38.368.544,68</b>	<b>724.482,65</b>	<b>39.093.027,33</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

**1.CONTEXTO OPERACIONAL A SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO (Matriz), mantenedora do HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAIBA (filial), é pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, reconhecida como instituição filantrópica, com sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, fundada em 17 de julho de 1923 e registrada no Conselho Nacional do Serviço Social, processo n.º 23.065/38, em 02 de novembro de 1938. A Sociedade Beneficente São Camilo tem as seguintes finalidades: I.Prestar assistência à saúde a quantos buscarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo, opinião política ou qualquer outra condição, prestando serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela, de acordo com suas possibilidades e o estabelecido na legislação em vigor. II.Desenvolver atividades educacionais na área religiosa e da saúde, podendo, para tanto, fundar e manter escolas, faculdades e outros cursos e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo oferecer bolsas de estudo e financiar atividades que visem o preparo de recursos humanos na área da saúde. III.Elaborar e editar material didático relacionado com suas finalidades estatutárias; IV.Prestar serviços de assistência social ao menor, através de creches e maternais. Este é um hospital geral voltado para a média e alta complexidade, com sede na cidade de Taubaté, tendo como perfil principal o atendimento cirúrgico, contando atualmente com 249 leitos e corpo clínico com 728 médicos cadastrados, o que o torna referência para 39 municípios do Estado de São Paulo. O Hospital Regional do Vale do Paraíba manteve o convênio SPDOC n.º 862257/2020 com prazo de vigência de cinco anos, iniciando em 01/07/2020, com aditivos de retificação entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo.**

**2.APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 2.1APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil, requeridas para o período findo em 31 de dezembro de 2023, que consideram as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei Nº 6.404/76 e alterações posteriores, bem como os entendimentos da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 (R1) – Entidades Sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas uniformemente na preparação das Demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada devido não haver resultados nestas características. **BASE DE PREPARAÇÃO a.Declaração de conformidade** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem fins lucrativos. A elaboração das demonstrações financeiras foi concluída pela administração em 31 de janeiro de 2024. **b.Moeda funcional e moeda de apresentação** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **c. Uso de estimativas e julgamentos** A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à avaliação de ativos financeiros a valor justo, análise do risco de crédito na determinação das perdas estimadas de créditos, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às referidas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **d.Base de mensuração** As demonstrações financeiras foram preparadas inicialmente com base no custo histórico. **2.2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS a)Caixa e Equivalentes de Caixa** Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras e em contas de caderneta de poupança mantidas em Instituições Financeiras de primeira linha. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações em contas de caderneta de poupança são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **b) Estoques** Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado e, em geral, compreendem os materiais na operação da Entidade (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.). **c)Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **d)Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos** A Entidade avalia periodicamente o efeito desse ajuste. Nesse exercício não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem para serem ajustadas a valor presente. **e) Imobilizado e Intangível** Registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação/amortização acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado por bem.

As taxas de depreciação em uso estão apropriadas, em relação aos níveis de utilização dos ativos. Ressalte-se que todos os bens móveis adquiridos ou através de doações com verbas de investimentos e verbas de recursos próprios, pertencem ao poder público - "Governo do Estado de São Paulo". f)Apuração do resultado do exercício As receitas, custos e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. g)Patrimônio Líquido O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária. h)Imposto de Renda e Contribuição Social O imposto de Renda e a Contribuição Social não são devidos em decorrência da imunidade tributária, por tratar-se de Entidade sem fins lucrativos, amparada nos artigos 150, inciso VI, letra "C" e 195, parágrafo 7º, ambos da Constituição Federal de 1988.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)
Caixa geral - Rec. Próprio <b>Sem restrição</b>	2.000,00	2.000,00
Contas correntes - Recurso Próprio - <b>Sem restrição</b>	5.214,76	5.389,35
Aplicações financeiras - Rec. Público - <b>Com restrição</b>	12.816.576,94	10.755.518,52
Aplicações financeiras - Rec. Próprio - <b>Sem restrição</b>	6.905.683,12	6.605.847,18
	<b>19.729.474,82</b>	<b>17.368.755,05</b>

Os recursos de aplicações financeiras são rentabilizados por uma caderneta de poupança e pelo Fundo de Investimento de Renda Fixo Curto Prazo Absoluto do Banco do Brasil.

## 4. CRÉDITOS COM PACIENTES E CONVÊNIO

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo Circulante</b>		
Créditos com Pacientes Particulares	629.106,26	1.051.008,91
Créditos com Pacientes Convênios	15.747.508,54	24.299.926,16
Créditos de Pacientes do SUS	7.908.627,67	7.276.434,20
(-) Perdas Estimada em Créditos	(724.101,69)	(5.024.157,15)
	<b>23.561.140,78</b>	<b>27.603.212,12</b>
<b>Direitos a Faturar (CPC 47) (a)</b>	<b>6.257.097,96</b>	<b>4.683.771,72</b>
	<b>29.818.238,74</b>	<b>32.286.983,84</b>

As Perdas Estimadas de Créditos foram avaliadas por vencimento e consideradas suficientes pela administração. (a) Os Direitos a Faturar (CPC 47) se referem à efetiva produção em 2023, cujas contas de pacientes sofrerão o faturamento na próxima competência.

## 5. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Outros Créditos - Circulante</b>		
Créditos de Funcionários	260.974,84	538.875,83
Outros Créditos	96,94	63.182,01
	<b>261.071,78</b>	<b>602.057,84</b>

## 6. ESTOQUES

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Estoque - Circulante</b>		
Drogas e Medicamentos	3.373.049,37	2.554.876,89
Materiais de uso paciente	2.063.015,56	1.717.266,98
Gêneros Alimentícios	22.358,74	18.723,76
Produtos de Limpeza	61.889,09	84.111,63
Impressos/Mat. de Expediente	56.461,35	42.521,24
Materiais de Laboratório	280.136,35	188.592,73
Materiais Especiais	658.532,15	405.802,32
Outros Materiais	412.460,83	466.158,62
	<b>6.927.903,44</b>	<b>5.478.054,17</b>

## 7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - GESTÃO PÚBLICA

	31/12/2023	31/12/2022	Taxa Depreciação
<b>Imobilizado</b>			
<b>Gestão Pública</b>			
Benf. Imóveis de 3ºs.	29.682.099,89	29.682.099,89	4%
Móveis e Máquinas	13.682.433,78	13.281.882,18	10%
Apar./Instrum.			
Medicina/Cirurgia	25.623.361,80	24.833.768,51	20%
Equip. Proc. Dados	2.583.003,38	2.405.934,73	20%
Equip. de laboratório	185.718,80	185.718,80	20%
Instalações	1.255.486,14	1.255.486,14	10%
Biblioteca	28.083,88	27.609,38	10%
Outros Imobilizações	984.204,06	871.737,82	10%
Veículos	80.900,00	80.900,00	20%
<b>Total</b>	<b>74.105.291,73</b>	<b>72.625.137,45</b>	
(-) Depreciação acumulada	(50.493.305,32)	(47.610.067,84)	
<b>(=) Imobilizado líquido</b>	<b>23.611.986,41</b>	<b>25.015.069,61</b>	

	31/12/2023	31/12/2022	Taxa Depreciação
<b>Intangível - Gestão Pública</b>			
Software	1.371.074,62	1.264.008,70	20%
(-) Amortização acumulada	(1.208.565,54)	(1.112.425,99)	
<b>(=) Intangível líquido</b>	<b>162.509,08</b>	<b>151.582,71</b>	

	31/12/2023	31/12/2022	Taxa Depreciação
<b>Imobilizações em andamento</b>			
Imobilizações em andamento	377.248,47	85.821,00	0%
<b>(=) Imobilizações em andamento</b>	<b>377.248,47</b>	<b>85.821,00</b>	

## 8. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fornec de Mat. e Medicamentos</b>	<b>2.772.623,84</b>	<b>3.635.746,83</b>
Fornec de Serviços Médicos	57.169,91	80.272,83
Fornec de Serviços Diversos	340.282,65	426.178,21
Fornec de Imobilizado	41.270,28	328.107,04
Fornec de Mat. Especiais	3.631.980,20	4.920.013,14
Fornec de Mat Diversos	1.415.197,99	1.924.245,41
<b>Total Fornecedores</b>	<b>8.258.524,87</b>	<b>11.314.563,46</b>

## Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)
<b>Receitas - Saúde</b>		
<b>Receitas Operacionais</b>		
Receitas – Convênios/Particulares	17 97.276.046,64	99.096.093,12
(-) Glosas – Convênios/Particulares	17 (2.534.987,97)	(3.125.535,22)
Receitas Direitos a Faturar (CPC47)	17 1.573.326,24	(2.490.292,60)
Receitas – SUS	79.459.072,24	75.144.446,06
(-) Glosas – SUS	(9.045.984,87)	(3.981.098,37)
Receitas – Conv. - Sec. Saúde	84.724.152,00	79.925.198,03

	31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)
<b>Gratuidades</b>		
Custo Gratuidades Concedidas	14 75.389.898,10	76.261.126,53
(-) Isenção Gratuidades Concedidas	14 (75.389.898,10)	(76.261.126,53)
<b>(=) Receita Operacional Líquida</b>	<b>14 251.451.624,28</b>	<b>244.568.811,02</b>

	31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)
<b>Custos - Saúde</b>		
(-) Custo dos Serviços Prestados	(244.574.788,50)	(228.507.694,44)

	31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)
<b>(-) Isenção das Contribuições Previdenciárias/Sociais</b>		
Custo Contribuições Previdenciárias	14 20.532.826,12	18.677.369,28
(-) Isenção das Cont. Previdenciárias	14 (20.532.826,12)	(18.677.369,28)
Custo COFINS	14 11.062.122,97	10.421.550,78
(-) Isenção COFINS	14 (11.062.122,97)	(10.421.550,78)
Custo CSLL	14 65.203,44	410.776,78
(-) Isenção CSLL	14 (65.203,44)	(410.776,78)
<b>(=) Superávit Bruto</b>	<b>6.876.835,78</b>	<b>16.061.116,58</b>

	31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)
<b>(+/-) Despesas Administrativas</b>		
Custo com Pessoal	(20.987.085,83)	(18.922.971,17)
Serviços de Terceiros	(866.824,48)	(557.946,13)
Materiais Médicos Não Reembolsáveis	(380.955,45)	(325.347,01)
Impostos, Taxas e Contribuições Gerais	(1.681,73)	(6.443,01)
(4.499.452,51)	(3.796.563,91)	
<b>(=) Sub-Total</b>	<b>(19.859.164,22)</b>	<b>(7.548.154,65)</b>

	31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)
<b>(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais</b>		
Receitas com Doações	17 6.646.772,53	10.631.962,23
Receitas Diversas	17 4.320.904,20	1.511.898,03
Subvenções	14 12.461.785,97	2.474.451,29
Despesas Diversas	(4.401.476,50)	(3.727.995,23)
<b>(=) Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras Líquidas</b>	<b>(831.178,02)</b>	<b>3.342.161,67</b>

	31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)
<b>(+/-) Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas</b>		
Receitas Financeiras	17 1.671.987,22	1.351.647,36
Despesas Financeiras	(116.326,55)	(129.622,59)



**Sociedade Beneficente São Camilo**  
(Hospital Regional do Vale do Paraíba)  
CNPJ/MF 60.975.737/0072-45

Relatório da Diretoria

Repasses Acrescidos dos Rendimentos sobre Aplicações Financeiras	Valor
Repasses T.A. 06/2022 (saldo remanescente)	36.241,30
Repasses T.A. 07/2022 (saldo remanescente)	1.136.892,60
Repasses T.A. 02/2023	1.298.841,60
Repasses T.A. 03/2023	418.158,91
Repasses Portaria GM/MS nº0597 (saldo remanescente)	133.162,92
<b>Total</b>	<b>3.023.297,33</b>
<b>Saldo a utilizar no exercício seguinte</b>	<b>3.023.297,33</b>

**13. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS**

A administração do Hospital efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos contenciosos que possam surgir no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos seus assessores jurídicos. A avaliação e classificação entre perda provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão de acordo com os critérios determinados pela administração, incluindo bases históricas. Para fins de divulgação, os riscos de perda provável e possível correspondem a:

Parecer Jurídico - Processos Judiciais		
Risco de Perda	R\$	Situação
Risco Provável	6.903.711,80	Registrado
Risco Possível	4.135.824,34	Divulgação

**14. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS**

O Hospital mantém controles que demonstram no exercício de 2023 o cumprimento do percentual de 78,85% de atendimento à pacientes do SUS, medido por paciente-dia, cumprindo o determinado pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.300, de 14 de setembro de 2010 e Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que dispõe sobre as condições que vinculam a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS e Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016 que dispõem sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE):

ENTIDADE: SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO				
SISTEMA AIH/CIHA - 2023				
MÊS	AIH - SUS E GRATUITOS	CIH	TOTAL MENSAL	%SUS
Janeiro	4.958	1.390	6.348	78,10%
Fevereiro	5.506	1.021	6.527	84,36%
Março	5.587	1.114	6.701	83,38%
Abril	4.803	1.268	6.071	79,11%
Maio	5.745	1.387	7.132	80,55%
Junho	4.892	1.657	6.549	74,70%
Julho	5.308	1.366	6.674	79,53%
Agosto	5.762	1.404	7.166	80,41%
Setembro	5.087	1.270	6.357	80,02%
Outubro	5.055	1.354	6.409	78,87%
Novembro	4.830	1.774	6.604	73,14%
Dezembro	5.019	1.775	6.794	73,87%
<b>Total Geral</b>	<b>62.552</b>	<b>16.780</b>	<b>79.332</b>	<b>78,85%</b>

Em atendimento às normas específicas que regem as entidades assistenciais de saúde, a demonstração de resultados reflete também os seguintes dados:

**Gratuidades:** Tomando como base os critérios e premissas para cálculo da gratuidade de acordo com as exigências legais, os recursos financeiros do Hospital Regional do Vale do Paraíba no desenvolvimento dos serviços de saúde voltados ao atendimento dos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, são destinados à assistência integral à saúde de forma inteiramente gratuita. A aprovação dos cálculos bem como das premissas e quantidades de atendimentos informados utilizados pela Entidade, vincula-se às prestações futuras junto ao CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social. Considerando os requisitos para obtenção da concessão ou renovação do CEBAS (Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021), as pessoas jurídicas qualificadas poderão comprovar sua condição de beneficente, para fins de certificação, através da aplicação do percentual de 20% da receita efetivamente recebida e/ou o percentual de atendimento ao SUS acima do limite de 60% (sessenta por cento). Durante o ano de 2023, o montante da gratuidade foi de R\$75.389.898,10 (em 2022 - R\$76.261.126,53), sendo respectivamente 27,26% e 29,28% das Receitas totais demonstradas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receitas com Saúde	263.032.597,12	251.675.444,61
(-) Glosas - SUS / Convênios	-11.580.972,84	-7.106.633,59
<b>(=) Receitas Operacionais com Saúde</b>	<b>251.451.624,28</b>	<b>244.568.811,02</b>
(+) Receitas Subvenções e Rendimentos s/Aplic. Financeira	12.461.785,97	2.474.451,29
(+) Doações	6.646.772,53	10.631.962,23
(+) Receitas Financeiras	1.671.987,22	1.351.647,36
(+) Outras Receitas Operacionais	4.320.904,20	1.511.898,03
<b>(=) Receita Total</b>	<b>276.553.074,20</b>	<b>260.538.769,93</b>

**Isenções das Contribuições Previdenciárias/Sociais:** representa o montante das contribuições previdenciárias e tributárias apuradas no exercício, que não foram pagas devido ao usufruto da isenção a que fazem jus as entidades filantrópicas, conforme a Lei nº 12.101 de 27/11/2009, Decretos nº 7.237/2010 de 20/07/2010 e nº 7.300/2010 de 14/09/2010, estando assim compostas:

Isenções Usufruídas	31/12/2023	31/12/2022
INSS - Quota Patronal	20.532.826,12	18.677.369,28
COFINS	11.062.122,97	10.421.550,78
CSLL	65.203,44	410.776,78
<b>Total</b>	<b>31.660.152,53</b>	<b>29.509.696,84</b>

Jorge Luiz Alves - Diretor Administrativo - CRA-SP 92994

**15. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:**  
A Entidade é portadora do Certificado Beneficente de Assistência Social na área da saúde - CEBAS/Saúde, concedido pelo Ministério da Saúde conforme Portaria MS nº 622, de 05 de julho de 2012. Para o triênio iniciado em 01/01/2019, o certificado foi deferido de acordo com SEI nº 25000.203986/2018-36 e Portaria SAES/MS nº729, de 08/09/2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 13/09/2023, com validade de 01/01/2019 a 31/12/2021. Em 30/11/2021, foi protocolado tempestivamente, o requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.175559/2021-56, o qual se encontra em análise para o período de 01/01/2022 a 31/12/2024. Até o encerramento dessas demonstrações financeiras, como os pedidos de renovações não foram concluídos, a Entidade está amparada no disposto no §2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, que estabelece: "A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado".

**16. RECEITAS COM SUBVENÇÕES**

Em 2023 a Entidade movimentou os repasses de diferentes subvenções segregadas em Termos Aditivos e Portarias. **Termos Aditivos de Investimentos recebidos em 2022** A Entidade recebeu os seguintes Termos Aditivos de investimentos em 2022, os quais foram utilizados em 2023: **Termo Aditivo nº 06/2022**, no valor de R\$ 600.654,00, visando a transferência de recurso financeiro para investimentos estabelecidos por emenda parlamentar para o hospital. O recurso recebido em 11/11/2022 tem prazo de vigência a partir da data de sua assinatura até o encerramento do Convênio com a SES; **Termo Aditivo nº 07/2022** no valor de R\$1.356.612,88 visando a transferência de recurso financeiro para execução de adequações estruturais para obtenção de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) do hospital. O recurso recebido em 29/12/2022 tem prazo de vigência a partir da data de sua assinatura até o encerramento do convênio com a SES. Os repasses recebidos foram acrescentados aos saldos remanescentes do exercício anterior e devidos rendimentos de aplicações financeiras, conforme quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	T.A. 06/2022 (21/11/2022)	T.A. 07/2022 (29/12/2022)	TOTAL
Repasses das verbas	600.654,00	1.356.612,88	1.957.266,88
(+) Rendimentos em 2022	7.278,68	-	7.278,68
<b>(=) Saldo em 31/12/2022</b>	<b>607.932,68</b>	<b>1.356.612,88</b>	<b>1.964.545,56</b>
(+) Rendimentos em 2023	13.966,62	15.173,48	29.140,10
(-) Utilização da Verba em 2023	-585.658,00	-37.129,76	-622.787,76
<b>(=) Saldo a utilizar no exercício seguinte</b>	<b>36.241,30</b>	<b>1.136.892,60</b>	<b>1.173.133,90</b>

**Termos Aditivos de Custeio recebidos em 2023** A Entidade recebeu os seguintes Termos Aditivos de custeio em 2023, dos quais não foram utilizados em 2023: **Termo Aditivo nº 02/2023**, visando a realização da estratégia de Redução de Filas de Cirurgias Cardíacas no Estado de São Paulo, constante na Resolução SS nº 81, de 06 de julho de 2023, nos meses de novembro a junho de 2024, no hospital. Valor recebido em 01/12/2023 - R\$645.448,35 e em 11/12/2023 - R\$645.448,35; **Termo Aditivo nº 03/2023** visando a realização do Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas no Estado de São Paulo, Portaria nº 90/GM/MS de 03 de fevereiro de 2023, novembro/2023 a maio/2024, no hospital. Valor recebido em 29/12/2023 - R\$417.996,84. Os repasses recebidos foram acrescentados aos devidos rendimentos de aplicações financeiras, conforme quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	T.A. 02/2023 (01 e 11/12/2023)	T.A. 03/2023 (22/12/2023)	TOTAL
Repasses das verbas	1.290.896,70	417.996,84	1.708.893,54
(+) Rendimentos em 2023	7.944,90	162,07	8.106,97
<b>(=) Saldo a utilizar no exercício seguinte</b>	<b>1.298.841,60</b>	<b>418.158,91</b>	<b>1.717.000,51</b>

**Portarias e resoluções recebidas em complementação ao SUS em 2023** utilizadas em 2023 No exercício de 2023 a Entidade recebeu as seguintes portarias/resoluções do Ministério da Saúde, conforme segue: **Portaria GM/MS nº 443**, de 20/04/2023: Estabelece recurso do Bloco de Manutenção de Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser disponibilizado aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, relativo ao auxílio financeiro às entidades privadas sem fins lucrativos que complementam o Sistema Único de Saúde - SUS, referente à diferença entre os saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores a 2018 e

**17. RECEITAS OPERACIONAIS 2022 (RECEITAS ALHEIAS)**

ANO 2023	17 RECEITAS OPERACIONAIS 2023 (Receitas Alheias)												TOTAL
	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre			
MESES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
<b>DEMAIS RECEITAS</b>	<b>6.624.502,29</b>	<b>6.987.758,46</b>	<b>10.038.038,74</b>	<b>7.070.237,92</b>	<b>11.121.703,60</b>	<b>7.239.553,68</b>	<b>8.000.962,46</b>	<b>9.759.854,81</b>	<b>10.081.706,58</b>	<b>9.622.643,76</b>	<b>8.966.838,93</b>	<b>7.447.356,21</b>	<b>102.961.157,44</b>
Particulares	36.501,38	40.631,85	74.134,08	122.691,26	91.958,34	73.800,27	54.981,22	221.130,78	58.132,66	161.285,61	172.235,75	74.493,38	1.181.976,58
Comitês Privados (-) Glosas (+) Direitos a Faturar (CPC 47)	6.371.174,37	6.597.872,25	8.625.301,94	5.946.421,53	9.433.131,00	7.046.948,45	7.944.770,23	8.990.487,43	10.005.362,76	8.756.474,37	8.442.973,64	6.971.490,36	95.132.408,33
Doações Mat. Med. Imob.	216.826,54	349.254,36	1.338.602,72	1.001.125,13	1.596.614,26	118.804,96	1.211,01	548.236,60	18.211,16	704.883,78	351.629,54	401.372,47	6.646.772,53
<b>RECEITAS DIVERSAS</b>	<b>32.299,03</b>	<b>67.822,47</b>	<b>48.457,95</b>	<b>48.258,92</b>	<b>55.145,36</b>	<b>64.396,86</b>	<b>50.190,34</b>	<b>59.737,07</b>	<b>71.098,16</b>	<b>3.523.006,45</b>	<b>55.994,73</b>	<b>244.496,86</b>	<b>4.320.904,20</b>
Ganhos de Capital	-	-	-	-	-	-	-	255,08	4.868,59	5.035,46	-	6.225,20	16.334,33
Recuperações Diversas	15.348,04	40.024,86	31.385,23	29.209,50	30.566,74	28.469,10	27.841,04	31.057,93	25.291,18	27.819,05	25.921,64	29.454,54	342.388,85
Outras Receitas Diversas	1.781,47	12.710,07	2.072,72	4.045,66	8.520,98	20.927,76	6.632,49	5.068,81	17.691,14	7.493,37	5.759,19	17.332,18	110.035,84
Glosas Recuperadas	169,52	87,54	-	3,76	1.057,64	-	716,81	8.355,25	8.247,25	10.511,24	2.313,90	169.484,94	200.947,85
Convênio com UNITAU	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	44.000,00	22.000,00	22.000,00	223.000,00
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.428.147,33	-	-	3.428.147,33
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>148.509,82</b>	<b>119.061,64</b>	<b>177.112,23</b>	<b>111.202,15</b>	<b>137.994,18</b>	<b>128.288,78</b>	<b>118.020,15</b>	<b>144.497,64</b>	<b>130.674,51</b>	<b>145.886,56</b>	<b>142.928,40</b>	<b>167.811,16</b>	<b>1.671.987,22</b>
Rendimentos de Aplicações	146.863,50	117.171,11	146.898,49	108.777,81	119.752,02	120.004,45	117.687,97	130.369,56	126.126,95	142.390,12	140.613,20	150.815,74	1.567.470,92
Juros e Correções Mon.	1.463,31	967,1	3.842,29	801,81	16.146,75	8.248,92	316,46	13.217,98	4.510,16	3.559,43	1.656,32	12.615,42	67.345,95
Descontos Obtidos	183,01	923,43	26.371,45	1.622,53	2.095,41	35,41	15,72	910,1	37,4	-62,99	658,88	4.380,00	37.170,35
<b>TOTAL POR MÊS</b>	<b>6.805.311,14</b>	<b>7.174.642,57</b>	<b>10.263.608,92</b>	<b>7.229.698,99</b>	<b>11.314.843,14</b>	<b>7.432.239,32</b>	<b>8.169.172,95</b>	<b>9.964.089,52</b>	<b>10.283.479,25</b>	<b>13.291.536,77</b>	<b>9.165.762,06</b>	<b>7.859.664,23</b>	<b>108.954.048,86</b>
<b>TOTAL POR TRIMESTRE</b>	<b>24.243.562,63</b>	<b>25.976.781,45</b>	<b>28.416.741,72</b>										

Nilton Cesar dos Santos - Diretor Financeiro - CRA-SP 78362

Irene Rodrigues Damasceno de Oliveira - CRC CT 1SP 182612/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores da SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO mantenedora do HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA Taubaté - SP **OPINIÃO** Examinamos as demonstrações financeiras da SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO referente ao convênio para gestão do HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO referente ao convênio para gestão do HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1), e a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002-R1). **BASE PARA OPINIÃO** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **ÊNFASE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, a SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde - CEBAS, mas o processo de renovação do CEBAS está em curso no Ministério da Saúde, com nº 25000.203986/2018-36 e nº 25000.175559/2021-56. As demonstrações financeiras não refletem nenhum ajuste exigido caso não seja renovado referido certificado. Nossa opinião não contém ressalva em decorrência desse assunto.

**OUTROS ASSUNTOS** Leitura das demonstrações financeiras Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, o HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA não possui personalidade jurídica própria, visto que a SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO é a responsável pela operacionalização, administração e execução das atividades e dos serviços de saúde da entidade. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Sociedade Beneficente São Camilo. **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade e do contrato de gestão continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, -Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; -Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; -Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; -Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; -Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; -Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 31 de janeiro de 2024. **MARCO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES** CRC 2SP033482/O-3 **Vagner Alves de Lira** CT CRC Nº SP222941/O-8

